

**RELIGIÃO E VERDADE, AS CONTRADIÇÕES E O CRITÉRIO DA DIGNIDADE HUMANA**

Faustino dos Santos[[1]](#footnote-1)

Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado

Universidade Católica de Pernambuco

faustinosantos17@gmail.com

**Resumo**

*O problema da verdade tão presente na história da humanidade não se deu por encerrado. Muitos são as teorias e justificativas para tentar solucionar a pergunta sobre a verdade das coisas, das pessoas, do divino. A religião, enquanto forma cultural da expressão da salvação divina, apresenta suas razões de verdade, em alguns momentos a partir de uma base puramente teórica, que ao longo do tempo desembocou em atrozes desumanidades em nome de Deus e provocou as terríveis separações entre os salvos e não-salvos, e em outros momentos a partir do autêntico critério que determina a verdade religiosa, ou seja, o serviço à humanidade e a busca por torná-la próxima de Deus e mais digna, sendo esse baseado no querer divino de unidade e felicidade para o todo criado, mas de modo especial, para o homem.*

**Palavras-chave:** religião. verdade. Deus. dignidade humana.

**Abstract**

*The problem of truth so present in the history of humanity has not been terminated. There are many theories and justifications for trying to resolve the question about the truth of things, of people, of the divine. The religion, while cultural form of expression of divine salvation, presents its reasons of truth, in a few moments from a purely theoretical basis, that over time resulted in atrocious desumanidades on behalf of God and caused the terrible separations between the saved and unsaved, and in other moments from the real criterion which determines the religious truth, i.e., the service to humanity and the quest to make it closer to God and more worthy, this being based on divine unity and happiness for the whole created, but especially for the man.*

**Key-words:** religion. truth. God. human dignity.

**1 Introdução geral sobre o problema da Verdade**

“O que é a verdade?” perguntou Pilatos a Jesus diante da afirmação deste que disse ter vindo ao mundo para dar testemunho da Verdade. O evento relatado pelo Evangelista João talvez não tenha ocorrido tal e qual ele descreve no livro da Bíblia quanto fala da hora do julgamento de Jesus por Pilatos. Mas a interrogação de Pilatos nos coloca diante de um dos questionamentos de maior relevância da humanidade. O problema da verdade foi, e é, longamente discutido pelas mais variadas teorias e já foi descrito sob diferentes perspectivas.

As muitas explicações sobre a verdade do mundo (e nele do homem, de Deus, da natureza, das coisas de maneira geral) não conseguiu exaurir a questão. A Verdade continua indefinida mesmo diante das múltiplas verdades colocadas no mundo. Existe uma única verdade? Ela é acabada? Será que a verdade tem um fim em si mesma? A que verdade eu pertenço? Que verdade sou eu? Existe uma verdade que une a todos? O fato é que, segundo Hans Küng (1999, p. 262) “a questão da verdade é inevitável” embora não saibamos responder às suas questões a partir de uma ordem determinada.

Se seguirmos o conceito filosófico, baseado na definição grega *alétheia[[2]](#footnote-2),* continuaremos sem uma definição precisa, afinal ela poderá ser pensada dentro de vários horizontes. Nesse caso, a verdade estará apoiada em várias teorias desde a antiguidade, seja do ponto de vista objetivo ou do ponto de vista subjetivo, ou ainda dentro do horizonte pragmático, levando em conta a ideia tomista que o conhecimento deve servir à vida (TOMÁS DE AQUINO, 1997, p. 93).

Se observada a partir do aspecto religioso, que é o ponto de vista que nos interessa, notaremos que ao longo da história, e em nome de Deus, houve uma hegemonia da verdade por parte de algumas instituições, como é o caso do Cristianismo, longamente administrado pela Igreja Católica. Nesse aspecto a noção de verdade diz respeito à salvação dos homens.

Hans Küng sobre essa relação religião-verdade diz que

nenhum problema produziu na história das Igrejas e das religiões tantas controvérsias, tantos conflitos sangrentos e até tantas ‘guerras de religião’ como o problema da verdade. Em todos os tempos e em todas as Igrejas e religiões, o fanatismo cego pela verdade atormentou, queimou, destruiu e assassinou impiedosamente. Não raro, a consequência foi o cansaço da verdade, a desorientação e o abandono das normas, de modo que muitos já não creem em nada (KÜNG, 1999, p. 262).

De fato foram muitas dissidências e mortes praticadas em nome da verdade única pregada pela Igreja. Verdade essa que se confundia com os interesses do Império em sua sede de submeter tudo e todos às suas leis.

Embora tenha perdurado por tanto tempo esse discurso com pretensões absolutistas - razão porque até hoje ainda se encontra resquícios - não faltaram tentativas na história de acordos em torno “das verdades”. A tentativa de sair desse cenário de conflito resultou, por parte das Igrejas cristãs e das religiões, na busca por acalmar os ânimos na polêmica sobre a verdade e buscar respostas comuns num espírito ecumênico com resoluções práticas. O que, para Igreja só vai se dar de modo oficial no final do século passado.

**2 Relação Igreja-Verdade**

Hans Küng afirma que a questão sobre a verdade gera conflitos intermináveis. Chegar a um consenso sobre ela, embora nos pareça diante mão quase impossível, despende um desgaste volumoso e consequências realmente catastróficas. É o que se passou com o Cristianismo ao longo dos anos.

Associar a questão do monopólio da verdade à Igreja Católica não requer muito esforço. Ela, autodefinida como associação divina na terra, desde o período de sua associação com o Império Romano identificou-se com a administração terrena do querer divino. Ou seja, seria ela a capacitada, provida de total autonomia para salvaguardar as pessoas da condenação eterna ou antecipá-la caso não aderisse a sua doutrina que, diga-se de passagem, confundia-se com os interesses do Império romano gerando para o mundo a controversa cristandade.

A autoafirmação eclesial sobre a administração do juízo divino “foi preparada nos primeiros séculos cristãos por Orígenes, Cipriano e Agostinho e definido pelo 4º concílio do Latrão (1215) ‘*Extra ecclesiam nulla salus’!* [Fora da Igreja não há salvação!]” (KÜNG, 1999, p. 265).

Ao longo da história, esse “dogma absolutamente excludente [...] nunca foi corrigido abertamente porque era um dogma infalível” (KÜNG, 1999, p. 266). Essa proposição “por uma verdade que se pretende única” (SCHILLEBEECKX, 1997, p. 169) perdurou até o Concílio Vaticano II que, por sua vez,

alegando a vontade e o plano salvífico universal de Deus, e sem corrigir formalmente aquele axioma, declarou em sua Constituição sobre a Igreja (1964): “Todos os que buscam a Deus sinceramente procuram cumprir a sua vontade, conhecida por meio da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça podem obter a salvação” (LG, n. 16). E, na Declaração sobre as religiões não cristãs, o reconhecimento das outras religiões culmina na frase: “A Igreja católica não rejeita o que é de verdadeiro e santo em todas as religiões” (*Nostra Aetate*, n.2). (KÜNG, 1999, p. 266)

Com essa afirmação conciliar a posição tradicional da Igreja católica deixa de ser o pronunciamento oficial e abre a possibilidade de as religiões possuírem autonomia salvífíca e, por isso, serem caminhos de salvação de modo extraordinário à ordinariedade da Igreja.

Essa guinada torna-se de extrema importância dentro do cenário contemporâneo. Embora certas instituições tenham dificuldade de acompanhar a evolução dos tempos - o que pode exilar sua presença do mundo por não corresponder aos interesses dos indivíduos e das ciências -, tomar distância do sentimento de superioridade[[3]](#footnote-3) surge como uma necessidade de sobrevivência da própria religiosidade.

Não se pode negar que a religião imersa no universo plural vigente, dependendo da forma como se apresenta, pode se configurar como uma alternativa para as questões do destino humano, ou da verdade do homem. Ela existe como um modo de fugir daquilo que Schillebeeckx chama de “relativismo radical” (SCHILLEBEECKX, 1997, p. 168) que é distante de referencialidades e cheio de desesperanças.

A opção da Igreja do Vaticano II estabelece um novo vínculo com a Verdade. Abrindo-se à compreensão que não é a única verdade, ela alarga a compreensão do sentido da vida, do mundo e de Deus. Ela resgata o autêntico sentido do ser religioso que está imbricado na relação do transcendente que se dá de modo livre e diverso na vida humana, convocando-a a unidade.

Reconhecer que nenhum organismo é proprietário e dono da verdade torna as ações e compreensões distantes da subtração da dignidade da vida e as aproxima da perspectiva da vida que é plural, espontânea e inovadora.

Reconhecer, portanto, que não é o soberano dono da verdade, requer atitude de humildade frente aos outros e pressupõe disposição para aprender com o diferente nas suas expressões, nas sua experiência com a verdade.

**3 Verdade: teórica ou prática?**

A verdade imposta pela Igreja cristã claramente era fruto de uma perspectiva teórica sobre as suas verdades internas, que muitas vezes contradizia o horizonte práxico libertador do seu modelo que é Jesus de Nazaré. Ou seja, ela própria dava testemunho que “as fronteiras entre a verdade e a falsidade também passam pela religião” (KÜNG, 1999, p. 272). Essa realidade também se estende a outras religiões como é o caso da “ordem de castas hinduístas, na forma shakti do budismo tântrico com suas práticas sexuais ou nas ‘guerras santas’ e as penas cruéis do Islamismo” (KÜNG, 1999, p. 274).

Com isso não se afirma que as verdades que cada religião acredita devam ser negadas, diz-se que elas não devem ser usadas com arbitrariedade subjetiva ou como imposição aos outros, afinal, os critérios de verdade das religiões “só podem ser relevantes e obrigatórios para ela própria e não estende-se aos outros” (KÜNG, 1999, p. 274).

O fato é que o problema da verdade não é simples e “não se resolve apenas em pura teoria” (KÜNG, 1999, p. 273). Hans Küng nos ajuda a entender isso.

O que é a verdade não se descobre em um sistema de proposições verdadeiras sobre Deus, o homem e o mundo, e tampouco em uma série de artigos de fé, diante dos quais qualquer outra expressão seria falsa. É preciso contar, além disso com a práxis, com o caminho da experiência, do esclarecimento e confirmação, ao mesmo tempo que o da iluminação, redenção e libertação (KÜNG, 1999, p. 273).

E ainda,

se a religião garante um sentido último e total à nossa vida e à nossa morte, se anuncia valores mais elevados e indeléveis, se impõe normas obrigatórias e incondicionais para nossa conduta ativa e passiva e, finalmente nos oferece uma pátria espiritual, tudo isso significa que as dimensões do verdadeiro (*verum*) e do bom (*bonum*), daquilo que faz sentido e que tem valor se interpenetram na religião (KÜNG, 1999, p. 273).

Desta feita, se a verdade não consegue ser respondida a partir de categorias teóricas, mas precisa da experiência, então é necessário provar por critérios práxicos. Ou seja, para a religião dar provas da verdade, ela precisa demonstrar o quando é boa, e isso é feito quando há a promoção da paz, da justiça, da dignificação do ser humano. Nesse sentido, como é impossível compreender toda bondade num só lugar, então as religiões acabam percebendo que é equivocado a elas terem em si mesmas toda verdade condensada.

As religiões, portanto, dão prova da sua verdade nas suas ações. Quanto mais digna tornar a vida do homem, tanto mais é verdadeira uma religião. Segundo Pedro Casaldáliga (2003, In: DAMEN, Franz, et. al., p. 7) “A religião é para a vida”, “a religião é para o ser humano” (CASALDÁLIGA, 2003, p. 6). E porque é assim? Pelo que nos parece óbvio: se Deus é a bondade infinita, ele não aprovaria ações de maldade ou de injustiça por parte das estruturas que têm a finalidade de tornar possível a experiência do humano com Ele. Ou seja, se as religiões têm por objetivo re-ligar o humano com o sumamente bem e bom, então elas dão prova do quanto são falsas quando não promovem a vida, mas a violência e a injustiça que são desaprovadas por Deus.

Se o cristianismo, por exemplo, pelo testemunho de Jesus de Nazaré que teve sua vida voltada para o fazer divino, pela efetivação do Reinado de Deus, se espelhar nele e nas suas ações de inclusão, reinserção na vida social, na prática do bem e da dignidade dos excluídos, então aí ele dará provas da Verdade. O mesmo serve para as outras religiões com seus fundamentos não autocentrados em si, mas a serviço da vida, sobretudo a mais necessitada.

Não se trata de conhecer a verdade para depois agir com a práxis, mas é a partir do fazer que se dá provas e se chega à Verdade. E para isso não precisa negar a sua fé, mas é a partir dela que cada religião se sente convocada para provar sua valia.

Küng sistematiza isso a partir de uma criteriologia positiva e negativa. A positiva versa que “uma religião é verdadeira e boa na medida em que serve à humanidade” (KÜNG, 1999, p. 279). A negativa, por sua vez, diz que “uma religião é falsa e má na medida em que provoca desumanidade” (KÜNG, 1999, p. 279).

**4 A busca da verdade como caminho possível para o encontro das religiões**

Na busca pela verdade que é a prática ou o exercício da bondade divina, as religiões se percebem parceiras. Acabam descobrindo muitos elementos comuns. De acordo com a Conferência Mundial das religiões pela paz realizada em Kyoto em 1970, “quando estivermos juntos par tratar do importantíssimo tema da paz, descobriremos que as coisas que nos unem são mais importantes do que as coisas que nos separam”. Em outras palavras, quando as religiões se dispuserem a buscar a verdade que move a vida então elas sentirão a necessidade de unirem-se.

Jürgen Moltmann afirma:

O diálogo deve girar em torno da pergunta pela verdade, mesmo que não seja possível chegar a um consenso em relação a ela. Pois o consenso não é o objetivo do diálogo. Se um dos parceiros for convencido pelo outro, acaba o diálogo. Quando dois dizem a mesma coisa, um deles está sobrando (MOLTMANN, 2004, pp. 28-29).

Embora seja difícil chegar a um acordo sobre a Verdade, no âmbito religioso falar da Verdade é referir-se a uma única e que une a todos, nesse caso, fala-se de um Deus único. Quando essa Verdade (Deus) é reconhecida revelada de diversos modos nas diferentes tradições e expressões religiosas e se tenta sistematizar intelectual e moralmente então surge a divisão e o confronto, gera contrários. Embora pareçam realidades próximas, mas no concreto se traduzem em antagônicas. Sobre esse fenômeno Casaldáliga diz que enquanto “Deus une, a religião nos separa” (CASALDÁLIGA, 2003, p. 5).

Frente a esse cenário dissidente, a busca pela Verdade de modo comum e dialogal se traduziria como uma forma de transformação dessa realidade dividida na tentativa por reconquistar a unidade proveniente de Deus.

Se as religiões se importassem com seriedade sobre a questão da busca da verdade o diálogo seria bastante eficaz. Despertariam, de acordo com José Maria Vigil (2003, In: DAMEN, Franz, et. al., p. 130) para o fato de que

a verdade tem um caráter mais inclusivo que excludente, mais prático que teórico, mais evolutivo que fixo, mais histórico que físico ou natural. A verdade é como a vida: está em crescimento, em desenvolvimento, em evolução. Nunca a teremos acabada, mas vamos percebendo-a progressivamente.

Na busca pela verdade as religiões reconhecem que nelas existe sim a verdade, mas não em plenitude e de maneira esgotada, e a parcela da verdade que encontra em uma não é a mesma nem na mesma quantidade que existe na outra, desta feita há a necessidade de uma relação para que se aprenda com o outro daquilo que ele tem e vice-versa, ou seja, a busca da verdade favorece um intercâmbio de dons, e mesmo que haja essa complementaridade a Verdade não é esgotada.

A luz de Deus não se aprisiona em nenhuma religião. Qualquer religião, por ser também humana e cultural, é incapaz de limitar em si toda a riqueza de Deus, podendo encontrar fora de si, em outras religiões, outros lampejos da luz de Deus que em si mesma não captou da mesma forma e com a mesma intensidade. Assim, a partir de uma perspectiva mais especializada teologicamente, pode-se dizer que a doutrina cristã da Trindade necessita um pouco da insistência islâmica na unidade de Deus; que o vazio impessoal do Budismo necessita da experiência cristã do Tu divino; que os conteúdos profético-práticos do judeu-cristianismo se complementariam sadiamente com o acento oriental da contemplação e a gratuidade da ação (VIGIL, 2003, p. 124).

O espírito do pluralismo opta por uma verdade que rompe com qualquer exclusivismo e inclusivismo que tem pretensão de absolutismo excludente, ele opta por sérias atitudes diante da Verdade que dizem respeito a “atitudes de escuta incansável, de holismo integral, de tolerância, de complexidade e inter-relacionalidade, enfim de humildade. Por isso é difícil o diálogo com os que estão presos no velho modelo de verdade” (VIGIL, 2003, p. 131).

Para que haja esse intercâmbio é necessário reconhecer, conforme afirmou o Concílio Vaticano II na Declaração Conciliar *Nostra Aetate* (2007, n. 2) que em cada crença existem “lampejos da verdade que ilumina todo homem” e que não se pode rejeitar “o que há de verdadeiro e santo nestas religiões” (*NOSTRA AETATE*, n. 2). Há, portanto o rompimento da circunscrição que delimita a presença de Deus numa única religião, mas o horizonte aberto e as religiões são reconhecidas como mediações salvíficas para seus membros. Essa mediação salvífica possui dois cunhos, que nos apresenta Mário de França Miranda (1995, p. 330):

de cunho sacramental, enquanto visibilizam a oferta salvífica de Deus, e funcional, enquanto conscientizam o homem para responder à mesma. Pois assim como só Deus pode se revelar a si próprio, do mesmo modo só Deus pode salvar o ser humano. Somos sempre salvos por Deus, podendo sê-lo em e através de uma religião.

Desta feita, o diálogo entre as religiões favorece um mútuo conhecimento e recíproco enriquecimento sobre a Verdade que salva e liberta. O que medirá a verdade e a bondade de uma religião será a sua recusa ou adesão a formas de opressão e destruição da humanidade que é querida por Deus.

**5 À guisa de conclusão**

Feito esse breve percurso, pudemos perceber frente a difícil tarefa de descrição da Verdade, o tanto de contradição que há nas afirmações pretenciosas das religiões no tocante ao problema da verdade. Muitas mortes e atrocidades foram provocadas quando se tentou sustentar a todo custo um argumento arbitrário e violento.

Manter o sentimento de superioridade em tempos de liberdade de expressão, de pluralidade de culturas e religiões, onde os conceitos de verdade se alargam, é no mínimo um desafio a ser convivido nos dias atuais. A mudança de paradigmas é, nesse contexto, inclusive condição para a sobrevivência da religião.

O fato é que das religiões são exigidas respostas esperançosas frente a presente pergunta sobre a existência humana, e, conforme foi apresentado, responder a isso com questões meramente teóricas parece insuficiente. É necessário, portanto, que as religiões sejam submetidas àquilo que Edward Schillebeeckx (1997, p. 171) chama de “crítica da dignidade humana”, onde cada uma delas, que têm a finalidade de estabelecer relação autêntica com o Absoluto, seja encorajada para “produzir mais humanidade em todos os setores da vida” (SCHILLEBEECKX, 1997, p. 171).

Essa promoção da dignidade da vida é, portanto a condição (prática) que dirá se o seguimento dessa ou daquela religião é verdadeiro. Será esse, também, o critério que fará com que as religiões sintam-se, dentro da sua limitação, capazes de unir forças a grupos e religiões na luta comum em favor da vida, sobretudo aquela ameaçada.

Na busca pela verdade, cada religião compreende que as questões particulares de cada crença, embora não devam ser negadas, também não devem ser utilizadas como armas contra aqueles que diferem no modo de conceber a vida. Impor uma verdade particular sobre outros é agir com violência, o que contradiz a essência divina da religião que quer a paz a todos, essa, por sua vez, que é conseguida pela prática da justiça.

Compete à religião fixar-se no que de essencial existe nela, a saber, aquilo que Francisco de Aquino Junior (2012, p. 374) chama de “potencial salvífico-humanizador” que é capaz de gerar vida pela correspondência a vontade divina.

**6 Referências**

AQUINO JUNIOR, Francisco de. **Diálogo inter-religioso por uma cultura de paz**. Teocomunicação Porto Alegre v. 42 n. 2 jul./dez. 2012. pp. 359-375.

AQUINO*,* S*.*TOMÁS*.* **Verdade e Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

CASALDÁLIGA, Pedro. Prólogo. In: DAMEN, Franz; LAMPE, Armando. et. al. **Pelos muitos caminhos de Deus: Desafios do Pluralismo religioso à teologia da Libertação.** Goiás: Rede, 2003.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Declaração *Nostra Aetate* sobre a relação da Igreja com as religiões não-cristãs**. São Paulo: Paulinas. 2007.

KÜNG, Hans. **Teologia a caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico**. – São Paulo: Paulinas, 1999.

MIRANDA, Mário de França. **O Pluralismo religioso como desafio e chance**. Revista Eclesiástica Brasileira, fasc. 218 – Junho de 1995

MOLTMANN, Jürgen. **Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã**. São Leopoldo: Unisinos. 2004.

SCHILLEBEECKX, Edward. **Religião e Violência**. Concilium. Petrópolis: Vozes, 1997

VIGIL, José Maria. Espiritualidade do Pluralismo Religioso – Uma experiência espiritual emergente. In: DAMEN, Franz; LAMPE, Armando. et. al. **Pelos muitos caminhos de Deus: Desafios do Pluralismo religioso à teologia da Libertação.** Goiás: Rede, 2003.

1. Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (2013), Bacharel em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza (2017) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco. [↑](#footnote-ref-1)
2. Literalmente “des-esconder” ou “esconder nada”. [↑](#footnote-ref-2)
3. O que Schillebeeckx chama de Dogmatismo Terrorista que acreditam possuir o monopólio da verdade e que por isso [...] colocam sob suspeita, marginalizam e descartam sem piedade todos quantos pensam de maneira diferente (cf. SCHILLEBEECKX, 1997. p. 168) [↑](#footnote-ref-3)